

**O ENSINO DA ANTROPOLOGIA  
E SUA APROXIMAÇÃO  
COM O CAMPO  
DISCIPLINAR DA  
ARQUEOLOGIA\***

MARLENE CASTRO OSSAMI DE MOURA\*\*  
ROSANA SCHMIDT\*\*\*

Resumo: *a partir de uma reflexão sobre o ensino da Antropologia no Brasil e seu campo de atuação, busca-se pontuar congruências ou aproximações entre a Antropologia e a Arqueologia enquanto campos disciplinares distintos para, em seguida, analisar a contribuição da Antropologia na formação de arqueólogos do curso de graduação em Arqueologia da PUC Goiás, implementado em 2006.*

Palavras-chave: *Antropologia. Arqueologia. Ensino. Método Etnográfico.*

**E**ste artigo tem como propósito refletir sobre dois aspectos fundamentais relativos à Antropologia: seu ensino em diversos cursos da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) e sua contribuição para o curso de graduação em Arqueologia da mesma instituição. Para isso, torna-se oportuno rever algumas discussões existentes sobre o ensino da Antropologia no Brasil a partir da visão de antropólogos que vêm debatendo a temática.

O ensino da Antropologia no Brasil é uma preocupação constante da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) desde a sua fundação, como desdobramento da Primeira Reunião de Antropologia realizada no Rio de Janeiro, em 1953. Nessa reunião, temas como “Problemas de ensino da antropologia” e “Possibilidades de exercício de atividades docentes, de pesquisa e técnico-profissionais por antropólogos no Brasil”

\* Recebido em: 24.08.2014. Aprovado em: 29.12.2014.

\*\* Doutora em Antropologia. Professora na PUC Goiás. E-mail: m.ossami@terra.com.br.

\*\*\* Mestre em Antropologia Social. Professora na PUC Goiás. E-mail: atma3ro@gmail.com.

foram alguns dos eixos de discussões. Tal debate incluiu-se nas pautas de reuniões e ações dessa instituição de forma mais concreta a partir do início da década de 1990, quando as sucessivas diretorias da ABA passaram a promover encontros, seminários e pesquisas sobre o tema do ensino da Antropologia no Brasil.

No início da década de 2000, realizou-se uma exaustiva pesquisa para mapear a prática da Antropologia em nosso país. Esta pesquisa resultou no livro *O campo da Antropologia no Brasil*, organizado pelos antropólogos Wilson Trajano Filho e Gustavo Lins Ribeiro, publicado pela ABA, em 2004 (RIBEIRO; LIMA, 2004, p. 7-8). O principal foco da obra refere-se à questão da formação acadêmica e à prática na pós-graduação, os egressos e sua inserção no mercado de trabalho na área.

Em 2006, a ABA publicou um novo livro que tem como título o *Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*, organizado por Miriam Grossi, Antonella Tassinari e Carmen Rial, fruto de reflexões sobre o ensino da Antropologia, realizadas pela ABA em várias instâncias. O livro traz temas muito abrangentes que vão desde a formação e o ensino na Antropologia (graduação, especialização e pós-graduação) até o ensino da Antropologia nos cursos de graduação em Ciências Sociais e em outros cursos. Nessas discussões um tema recorrente foi o vínculo entre teoria e prática.

Todavia não há unanimidade entre diferentes autores sobre a questão. Há os que defendem a formação antropológica específica apenas na pós-graduação – espaço por excelência da formação do antropólogo na perspectiva brasileira. Comprova tal concepção, no *mainstream* do meio antropológico nacional, o fato de a Associação Brasileira de Antropologia aceitar somente membros com nível mínimo de mestrado. O ensino da Antropologia na graduação ficaria a cargo de uma negociação com as áreas de humanidades, inclusive nos cursos de Ciências Sociais, em que, segundo esta proposta, não haveria mais as habilitações em antropologia, sociologia e ciência política. Outros apoiam a ideia da criação de cursos de graduação em Antropologia, estabelecendo um diálogo destes com a pós-graduação (FRY, 2006, p. 72). Porém, alertam para os riscos que podem ocorrer ao se “*dar o título de ‘antropólogo’ a profissionais ainda não suficientemente preparados para o exercício desta profissão, especialmente numa conjuntura em que questões mais delicadas estão exigindo a participação dos antropólogos*” (MAUÉS, 2006, p. 195). Para esta última proposição, Eunice Durham (2006) lembra também que há a dificuldade de se iniciar o aluno na pesquisa antropológica. Ressalta a importância do ensino da Antropologia em diferentes cursos e carreiras, cujo papel seria de “apresentar um outro modo de pensar os problemas que são próprios dessas carreiras, e oferecer informações sobre a diversidade cultural no Brasil, especialmente no que diz respeito às classes sociais, à questão da pobreza e da violência, entre outras” (DURHAN, 2006, p.207). A pesquisa, na graduação, segundo esta autora, “é um instrumento pedagógico, parte de um ensino moderno [...] e não deve estar limitada à iniciação científica, esta tradicionalmente voltada para a formação de candidatos potenciais para à pós-graduação” (DURHAN, 2006, p. 207). E conclui afirmando, em consonância com a diretriz da ABA, já mencionada acima, que a formação de pesquisadores é uma tarefa da pós-graduação.

## O ENSINO DA ANTROPOLOGIA NA PUC GOIÁS

A Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), por meio do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA), há muito tempo tem se preocupa-

do com a discussão e com o ensino da Antropologia, tanto na pós-graduação como na graduação e em outros cursos oferecidos por esta instituição.

O Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) da PUC Goiás é um órgão criado em 1972 com atividades voltadas para a pesquisa, por meio dos núcleos de Antropologia, Arqueologia, Meio Ambiente e Documentação Audiovisual. Suas atividades abrangem também o ensino, desenvolvido de forma sistemática, a partir da década de 1980, motivado pelo potencial que os acervos audiovisuais do IGPA já representavam para a sociedade brasileira. Nesse contexto, realizou-se o primeiro Curso de Especialização em Antropologia – *Recursos Áudio-Visuais em Etnologia* - promovido pelo IGPA com apoio do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e da Fundação Nacional de Artes (Funarte), realizado nos termos da Resolução nº 14/77 de 23/11/77 do Conselho Federal de Educação (CFE), no período de julho de 1983 a junho de 1984, com carga horária de 465 horas. O corpo docente compunha-se de nomes como Roque Laraia, Cláudia Menezes, Ignácio Schimitz, Mércio Pereira, George Zarur entre outros. Internamente, este curso foi muito importante, pois criaram-se as normas de indexação, conservação, preservação e normatização do acervo etnográfico do IGPA, o qual contém material (fotos, slides, negativos, sons, filmes) referente a 62 povos indígenas sul-americanos e a outros segmentos da população brasileira. Material este documentado por Jesco von Puttkamer, durante aproximadamente 40 anos de atividades, como documentarista e fotógrafo. O acervo compõe-se também de outras coleções doadas por sertanistas, fotógrafos, arqueólogos e cineastas, como Francisco Meireles e Acary de Passos de Oliveira, Adrian Cowell, Mário Ferreira Simões, Lisbeth Oliveira, entre outros (NUNES et al., 2006, p. 226).

Uma reflexão recorrente entre o corpo de pesquisadores do IGPA é que, nos últimos anos, a Antropologia no Brasil ultrapassou os limites de suas temáticas tradicionais – como a etnologia indígena e o indigenismo. Os antropólogos atuais estudam os diversos aspectos de “nossas” próprias sociedades. Foram, assim, condicionados pela perspectiva inicial de que deveriam estudar sociedades autóctones e relativamente isoladas das culturas ocidentais. Estudando os “outros”, os antropólogos se habilitaram para conhecer melhor as suas próprias sociedades. Em contraponto a esse viés surgiu no Brasil, em consonância com a reorientação da antropologia mundial para as sociedades ocidentais e/ou complexas, aquilo que foi chamado por Roberto Cardoso de Oliveira de “Antropologia da Sociedade Nacional”, focalizada principalmente nos segmentos desprivilegiados da sociedade nacional: camponeses, moradores de favelas, moradores de ruas etc.

O alargamento das áreas de conhecimento e atuação da Antropologia, a crescente demanda pelo saber antropológico, as discussões recorrentes no interior da ABA e a Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998, da agência de Capacitação de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), que dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais, foram argumentos sólidos para que a área da Antropologia desta última instituição estabelecesse suas metas. E uma das prioridades foi a expansão do ensino de Antropologia, particularmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que possuem menor oferta da disciplina.

Tendo como base esta discussão, e levando em consideração mais de três décadas de existência e dedicação às pesquisas nas áreas de Arqueologia, Antropologia, Meio Ambiente e Documentação Audiovisual, o IGPA sentiu-se habilitado, enquanto um locus acadêmico, para ministrar um curso de pós-graduação. Assim, em 2001, no

auge da crise econômica do Brasil, a então Universidade Católica de Goiás (UCG), por meio do IGPA, criou o primeiro Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural com duas áreas de concentração: Antropologia e Arqueologia, visando à qualificação de profissionais que atuam com a capacitação no campo de Museus, Secretarias de Cultura e Educação, turismo ecocultural, publicidade e marketing cultural. O Programa foi recomendado pela CAPES em março de 2001 e implantado em agosto daquele ano, com decisão favorável ao reconhecimento pelo Ministério da Educação, vinculado ao Fórum dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da Capes. Entre seus objetivos destacam-se a capacitação para participação em equipes de Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), resgate e monitoramento de sítios arqueológicos e históricos; participação no registro de bens imateriais em áreas impactadas por projetos de desenvolvimento (hidrelétricas, ferrovias, estradas, hidrovias, edificações etc.), entre outras atividades. Infelizmente, em 2007, com 12 candidatos inscritos, suspendeu-se o processo seletivo desse Mestrado, uma vez que o número era inferior ao quantitativo exigido pela PUC Goiás (20 a 25 pessoas). Posteriormente, o curso foi fechado. Na época, um dos fatores contribuintes para este fechamento foi a inexistência de bolsa de estudos, uma vez que o governo federal restringia a oferta destas às instituições de ensino público.

Nesse mesmo contexto, criou-se pela Resolução nº 0017/2005, do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração (CEPEA), da então Universidade Católica de Goiás, o primeiro curso de graduação em Antropologia no Brasil, implementado em 2007/1. Mas, em razão da baixa demanda, formou-se apenas uma turma. O curso visava formar profissionais antropólogos com competência e habilidade para, entre outros, produzir conhecimento e não apenas reproduzir o conhecimento acumulado. Ou seja, além de autonomia e crítica de pensamento reflexivo, ter competência em metodologias e técnicas de pesquisa; utilizar o potencial de diálogo da Antropologia com outros campos do saber para exercitar a inter e multidisciplinaridade, sem perda de identidade das especificidades do saber antropológico; compreender a extensão como um locus de produção de conhecimento sobre soluções e metodologias de trabalhos comunitários e saber executar atividades de extensão; elaborar laudos técnicos antropológicos, com fundamentação na legislação vigente e em princípios ético-morais (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE ANTROPOLOGIA DA PUC Goiás, 2005). Este último quesito, que supõe a exigência de pós-graduação para o exercício pleno da profissão de antropólogo, não se tornou consenso entre os membros do quadro docente. Hoje, essa competência está a cargo da ABA que seleciona nomes de antropólogos para este serviço.

Esperava-se ainda que o curso preparasse profissionais para atuar no mercado de trabalho nas áreas de ensino e pesquisa em diversos níveis educacionais; nos quadros de órgãos públicos como o Ministério da Justiça (Funai e Ministério Público), da Saúde (Funasa), Ministério da Cultura (IPHAN e fundações culturais), Ministério da Educação e Meio Ambiente, Senado Federal e órgãos municipais, entre outros. Os profissionais também estariam habilitados a realizar assessoria a estudos de impacto ambiental e nas organizações não governamentais (ONGs) nacionais e internacionais, além de contribuir nos trabalhos de museus e acervos culturais públicos e privados.

Já o curso de graduação em Arqueologia da PUC Goiás/IGPA, autorizado pela Portaria nº 0018-CEPEA, em 28/09/2005 e Portaria nº 11 de 02/03/2012-MEC, e implementado em 2006/1, fundamentou-se, inicialmente, no estudo das diversas heranças

étnicas e culturais da sociedade brasileira, bem como na preparação, a partir do conhecimento multidisciplinar, de profissionais habilitados e competentes (com domínio da prospecção, escavação, análise de material, elaboração de textos e relatórios e curadoria do material) para atuar em um mercado de trabalho, sobretudo com relação à arqueologia de contrato, de forma qualificada. (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA, 2011). Este curso vem se fortalecendo ao longo de quase uma década. Seus egressos têm levado os conhecimentos e experiências adquiridos por meio da PUC Goiás e do IGPA a diversas universidades e instâncias da comunidade científica nacional e internacional e vêm ocupando o espaço no mercado da arqueologia de contrato e em instituições de preservação do patrimônio cultural.

A criação dos cursos de graduação em Antropologia e Arqueologia, a exemplo da criação do Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural, inaugurou uma nova fase da Antropologia e da participação do IGPA no ensino de graduação e pós-graduação da PUC Goiás. Atualmente, o IGPA ministra disciplinas de Antropologia para diferentes cursos de graduação da PUC Goiás. Mediante esta disciplina, os alunos têm acesso, inicialmente, a uma noção básica do campo epistemológico da Antropologia. Em seguida, desenvolve-se a contribuição desta ciência quanto à especificidade do curso em questão, no sentido de apresentar “um outro modo de pensar os problemas que são próprios destas profissões”, como sugere Eunice Durhan (2006, p.207), a partir da reflexão sobre temas como: diversidade cultural no Brasil, direitos humanos, classes sociais, com foco nas minorias étnicas, bem como o etnocentrismo e o relativismo cultural, entre outros.

A seguir apresentamos um quadro com os cursos que oferecem a disciplina de Antropologia.

Quadro 1: Lista de disciplinas de Antropologia ministradas no âmbito dos cursos de Graduação na PUC Goiás

<b>Curso</b>	<b>Disciplinas</b>
Administração	Antropologia das Organizações Contemporâneas
Arqueologia	Antropologia Cultural, Sociedades Indígenas e Etnoarqueologia
Ciências da Aeronáutica	Antropologia Social
Ciências Contábeis	Antropologia das Organizações Contemporâneas
Comunicação (Jornalismo, Publicidade e Propaganda)	Antropologia e Comunicação
Direito	Antropologia Jurídica
Design	Antropologia Cultural
Engenharia Ambiental	Antropologia Básica
Filosofia	Antropologia e Modernidade
Serviço Social	Antropologia Social

Sem dúvida, a grande contribuição da Antropologia para com estes cursos consiste em estabelecer com eles um diálogo, favorecendo uma proximidade naquilo que é muito caro à ciência antropológica: o conhecimento do “Outro”. Ou seja, os

antropólogos em sala de aula procuram traduzir os significados das práticas culturais de outras sociedades para a sociedade nacional, evitando interpretações etnocêntricas sobre povos historicamente discriminados.

## A ANTROPOLOGIA NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA DA PUC GOIÁS

A Antropologia é uma ciência complexa. Entende-se essa complexidade em virtude de sua divisão em muitos campos os quais eventualmente se sobrepõem. Assim, compondo um dos eixos das Ciências Sociais, juntamente com a Sociologia e a Ciência Política, a referida ciência tem adquirido cada vez mais o caráter inter e transdisciplinar, tão marcante nos dias atuais, privilegiando as observações de terceira ordem, importantes para se pensar o ser humano em sua totalidade biopsicossocial e cultural.

A finalidade de ensinar Antropologia no curso de Arqueologia consiste em introduzir os discentes a essa ciência humana através de conteúdo específico e adaptado, proporcionando aprendizado dos vários aspectos que perpassam o estudo da Antropologia. Entretanto, o desafio notável consiste em despertar a disposição para a leitura e interpretação dos textos que, geralmente, são complexos e exigem uma compreensão da importância da Antropologia na formação dos futuros arqueólogos.

A ementa da disciplina compreende a definição da Antropologia e seu campo acadêmico; as correntes antropológicas; o estudo da diversidade cultural e das relações étnico-raciais; o trabalho de campo como método de pesquisa, com ênfase no método etnográfico e, ainda, os diferentes temas abordados pela disciplina, como as sociedades indígenas, quilombolas e rurais. Dentre seus objetivos, pretende-se levar os discentes a compreender o campo de abordagem da Antropologia e sua relação com outras disciplinas afins, salientando a cultura como uma totalidade criadora de modos específicos de realização sociocultural, na qual o ser humano integra grupos organizados com história, crenças, usos e costumes, filosofia, linguagem e, também, fornecer elementos constitutivos do método de trabalho de campo como uma ferramenta a ser utilizada na interpretação dos dados pesquisados.

O conteúdo da disciplina está relacionado às várias dimensões da Antropologia. Em primeiro lugar, procura compreender o ser humano constituído de dupla natureza: a animal, ou seja, natural; e a social/cultural, ou seja, histórica, isto é, um ser biológico (Antropologia física/biológica), social e cultural (Antropologia Social e/ou Cultural) e filosófico (Antropologia Filosófica). Essas subáreas da Antropologia desdobram-se, ainda, em Antropologia Urbana, Política, Visual, da Saúde, do Gênero, do Desenvolvimento, da Alimentação, e outras tantas que se inter-relacionam e fazem parte dessa complexidade.

A Antropologia Cultural relaciona-se com outras áreas do conhecimento, tais como a Arqueologia, a Linguística, a Sociologia, a Psicologia, entre outras. É importante salientar que, para Roberto Da Matta (1987), os diferentes nomes – Antropologia Cultural, Social, Etnologia – se devem às tradições de certos países, mas o foco está no estudo do ser humano enquanto membro de uma sociedade e produtor e transformador da natureza. É através do conceito de cultura que se percebem as limitações do meio ambiente e do aparato biológico e humano na compreensão da realidade social. Este conceito demonstra ainda o forte caráter de aprendizado e de construção que a humanidade vai adquirindo, já que a cultura não é inata aos homens e mulheres, como bem

analisa, e de forma pedagógica, o livro de Roque Laraia (2009) *Cultura, um conceito antropológico*.

A Antropologia também está comprometida com a transmissão de uma ética, auxiliando uma determinada cultura na compreensão para ela mesma de sua própria diferença, em um mundo globalizado. Laplantine (2011) atribui a urgência de preservação dos patrimônios culturais locais ameaçados e de análise das mutações culturais como deveres éticos dos antropólogos.

Outros tópicos estudados são a identidade, a cultura e seus significados; o relativismo cultural e o etnocentrismo, enquanto imposição de valores e definições sobre o “outro”. Tal postura dificulta, no plano intelectual, o entendimento sobre os diferentes modos de pensar e, no plano afetivo, gera sentimento de estranheza, medo e hostilidade (ROCHA, 1994).

As correntes antropológicas são abordadas a partir das diferentes perspectivas sobre o conceito de cultura, compreendendo o pensamento evolucionista, difusionista, personalidade e cultura, funcionalista, estrutural-funcionalista, estruturalista, interpretativista e simbólica, bem como seus representantes. Os textos clássicos de antropólogos como Morgan, Boas, Radcliffe-Brown, Lévi-Strauss e Geertz são fundamentais para o embasamento antropológico dos alunos de arqueologia, no sentido de proporcionar uma melhor compreensão sobre o passado humano e, sobretudo, prepará-los como futuros “construtores de teorias”.

Assim, apresentando-se estes tópicos de base sobre a Antropologia, é possível conduzir um debate mais amplo junto aos discentes no que tange aos pontos de proximidade e distanciamento entre a Antropologia e a Arqueologia.

#### ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA: DIFERENTES, MAS SIMILARES?

Falar da contribuição da Antropologia para a formação de arqueólogos nos remete, antes, ao processo histórico de formação da Arqueologia como ciência autônoma. No decorrer da história, várias foram as definições atribuídas a esta ciência. Griffin (1972) já chamava a atenção para a divergência de países em se apropriarem de um termo para o estudo das culturas primitivas. Nas Américas, usava-se o termo Arqueologia; e na Europa, o termo Pré-História. Esta última está acentada na ideia de que grande parte das investigações arqueológicas se refere aos períodos da história da humanidade anteriores à época em que a escrita teria se originado (GRIFFIN, 1972).

Da Matta (1983), entre outros, também coloca a arqueologia como um dos ramos da Antropologia Geral e, mais especificamente, da Antropologia Cultural (ou social), que trata do estudo do homem no tempo, por meio dos monumentos, dos restos de moradias, documentos, armas, obra de artes e realizações técnicas que foi deixando no seu caminho, tendo como objetivo o estudo das sociedades do passado. Para este autor, a Arqueologia é uma Antropologia Social que está debruçada sobre o estudo de um sistema de ação social já desaparecido.

Para Neves (2004), a Arqueologia não é nem Antropologia e nem História, mas uma disciplina com objeto de estudo e objetivos próprios, cuja meta é a compreensão da estrutura, funcionamento e os processos de mudanças de sociedades do passado. Realiza-se seu estudo a partir dos restos materiais produzidos, utilizados e descartados pelos indivíduos que compunham essas sociedades.

Essa discussão sobre os dois campos autônomos das duas disciplinas fica patente quando se analisa a criação, em 2005, dos cursos de graduação em Antropologia e

Arqueologia, aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração (CEPEA) da então Universidade Católica de Goiás. A proposta de criação do Curso de Arqueologia se concretizou em 2006/1, permanecendo em funcionamento até a atualidade; e o de Antropologia iniciado em 2007/1, tendo formado apenas uma turma, fechou-se no segundo semestre de 2010 por falta de demanda.

Nas discussões para a criação destes dois cursos havia uma proposta para a estruturação de um único curso, com núcleo comum nos dois primeiros anos e, na sequência, o ensino das especialidades de cada disciplina, mediante a opção apresentada pelo discente: Antropologia ou Arqueologia. A proposta foi unanimemente rejeitada pelo núcleo de Arqueologia, que preferiu garantir o curso de Arqueologia separado do curso da Antropologia, sinalizando a autonomia da Arqueologia em relação à Antropologia. No debate sobre esta discussão, Santos (2006, p. 330) afirma que “ficou claro que os arqueólogos do Instituto [IGPA/PUC Goiás] defendem a arqueologia como um campo de conhecimento que tem status de disciplina em si mesma, e não como um campo da antropologia”.

Os elementos recorrentes que compõem os campos epistemológico e empírico da Antropologia foram sistematizados por Peirano (1991, p. 48) em quatro pontos importantes: “a) a pesquisa de campo e a tradição teórica da antropologia se relacionam no dia-a-dia dos especialistas, b) a pesquisa de campo, concebida como o encontro com o ‘outro’ é constitutiva do conhecimento disciplinar, c) a teoria antropológica se desenvolve colada no conhecimento etnográfico, d) teoria e história da antropologia são inseparáveis”. Tais pontos podem ser utilizados para nortear a busca de afinidades entre a Antropologia e Arqueologia, as quais, - disciplinas irmãs - têm muitos pontos em comum, sobretudo, no que diz respeito ao exercício do trabalho de campo praticado por ambas, ainda que sigam caminhos metodológicos diferentes. O antropólogo trabalha com comunidades vivas e os sujeitos dessas comunidades se comunicam diretamente com o antropólogo. Já o arqueólogo, precisa “fazer falar” seus objetos, seus resíduos, a partir de técnicas arqueológicas específicas, como afirma Da Matta (1983). O arqueólogo, ao contrário do antropólogo, se depara, no seu campo de pesquisa - o sítio arqueológico - com um conjunto de objetos e estruturas estáticos. Estes objetos, no entanto, fazem parte do presente e contêm o produto de atividades dinâmicas realizadas no passado. A missão do arqueólogo consiste em descrever, analisar e interpretar no sentido de reconstruir estas atividades dinâmicas presentes nos vestígios arqueológicos, bem como seu contexto sociocultural (NEVES, 2004, p.173). Nessa tentativa de interpretação dos dados arqueológicos torna-se fundamental a contribuição da Antropologia, bem como de outras disciplinas como a Geologia, a História, entre outras.

O trabalho de campo da Arqueologia tem se beneficiado do emprego de métodos já utilizados pela Antropologia, como é o caso do método comparativo. O arqueólogo, uma vez que seu material esteja identificado, classificado e descrito, utiliza-se do trabalho comparativo, em que discute as relações entre o material arqueológico encontrado e outros trabalhos realizados anteriormente, inclusive trabalhos etnográficos, procurando reunir todas as informações que possam auxiliar na interpretação do seu material (GRIFFIN, 1872).

O trabalho de campo é considerado por Roberto Da Matta (1981) como o laboratório da Antropologia, em que se faz a coleta de dados para a reflexão teórica. No campo, o antropólogo mantém uma vivência longa e profunda, a partir da observação participante, com outros modos de vida, outros valores e outros sistemas de relações

sociais. Nesse sentido, Da Matta compara o trabalho de campo com o ritual de iniciação do antropólogo neófito, que marca a passagem de uma pessoa de um *status*/estado social a outro, tal como já foi estudado por Arnold van Gennep e Victor Turner (liminaridade e *communitas*). Van Gennep (1978) distinguiu três fases diferentes, mas complementares, dos ritos de passagem: separação (preliminar), transição (liminar) e incorporação (pós-liminar). Para Da Matta, o rito de iniciação do antropólogo é dividido em três momentos: a) separação: a saída do antropólogo de sua sociedade para o campo, onde se dá a separação das condições sociais em que ele vive. Ao se retirar de sua sociedade passa por um período de invisibilidade; b) transição: em território diferente, vive um estágio liminar de transição, passando a viver num ambiente marginal e perigoso de solidão, longe da cultura de origem, sem o conforto da vida urbana, com dificuldade de comunicação (língua). É uma experiência que o faz sair de si, do seu etnocentrismo, como uma espécie de purificação. Para Da Matta, esse afastamento proporciona uma liberdade pessoal que o liberta para experiências e relações sociais que seriam impossíveis dentro de sua sociedade natural; c) incorporação: na terceira fase, se dá o retorno do antropólogo ao seu grupo social, onde se reintegra a uma nova condição ou status; retorna ao convívio de seu grupo social com um novo papel e com uma nova perspectiva de sociedade, ministrando estereótipos e preconceitos.

Da mesma forma que, para o antropólogo, o trabalho de campo é um processo cheio de dilemas e problemas existenciais, para o arqueólogo não é muito diferente. Este também passa pelas três fases do rito de passagem em campo. Na fase de *transição*, o arqueólogo se encontra num lugar diferente do seu *habitat*, longe de seus familiares, exercendo um trabalho árduo e fatigante de escavação, exposto às intempéries: sol, chuva, poeira, além das picadas de animais peçonhentos. E vivendo muitas vezes em acampamentos sem muita infraestrutura, tenta exercer seu trabalho meticuloso de abrir e escavar um sítio arqueológico com técnicas precisas para não desfigurar os vestígios ali encontrados. Para Gomes (2009, p. 22), o trabalho do arqueólogo é fatigante, é preciso gostar e ter vocação para aguentá-lo; por isso, todo estudante de Arqueologia é levado a fazer escavações desde cedo em seus estudos. O trabalho de campo, tanto do antropólogo como do arqueólogo, consiste em uma provação para que se confirmem sua vocação e sua identidade profissional.

A Etnografia, prática por excelência da Antropologia, também reapropriada pela Arqueologia, é de fundamental importância para os estudos arqueológicos, embora se apresente em dimensões diferentes. O antropólogo, em campo, se depara com pessoas concretas, que se movem em espaços sociais e/ou culturais e estão inseridas a partir da relação intersubjetiva entre pesquisador e interlocutores (WOORTMANN, 2006). Nesse sentido, se para a Antropologia é desafiador lidar com subjetividades e, ao mesmo tempo, com totalidades – campo específico da Antropologia –, para a Arqueologia essa questão pode se colocar como ainda mais desafiadora, uma vez que esta lida com fragmentos culturais de um povo que já não existe mais e a intersubjetividade parece remota. Como, então, trabalhar a totalidade particular nos fragmentos estudados? Uma das vias é lançar mão do horizonte epistemológico de forma a permitir a compreensão, já que sociedades e pessoas (e também os fragmentos arqueológicos) continuam no mundo real, histórico, como afirma Woortmann (2006, p. 168).

A Etnografia parte de dois veios diferentes, porém complementares. De um lado, está o trabalho de campo, ou seja, o encontro etnográfico, onde se dá a relação entre pesquisador e seus interlocutores, configurando a relação com a alteridade. De

outro, está o trabalho de síntese, isto é, a construção de um texto em que o pesquisador procura dar visibilidade aos significados da cultura em estudo para a comunidade alienígena (acadêmica ou sociedade em geral). Isto é, no texto se realiza o esforço de tornar o “exótico em familiar”, em interpretar os “códigos simbólicos” da cultura estudada para outras culturas, mostrando o sentido e a importância da cultura e das ações do povo estudado. O arqueólogo também trabalha com estas duas dimensões, utilizando-se de especulações e deduções, numa base comparativa, balizando sistematicamente seus achados do passado com os dados obtidos pelo conhecimento contemporâneo de sociedades (DA MATTA, 1983), à luz, em grande parte, da teoria antropológica.

A Antropologia, como afirma Woortmann (2006), se faz pela etnografia e no constante processo entre a descrição e a teoria, processo este que vai dar inteligibilidade ao texto. A Arqueologia, por sua vez, busca também contribuir com o conhecimento do ser humano na sua diversidade cultural e transformações culturais, focando em sociedades extintas (GOMES, 2009). Ao reconstruir o passado destas sociedades por meio de evidências concretas, o arqueólogo está também fazendo etnografia, quando descreve sobre seus achados arqueológicos. Para isso, vai precisar de um corpo teórico para validar seus dados. Aqui entra a contribuição da literatura antropológica na reconstituição das atividades dinâmicas presentes nos vestígios arqueológicos que passam pelos estudos da organização social e espacial, dos modos de produzir e consumir, do manejo dos recursos naturais, da cultura simbólica, entre outros temas utilizados pelo arqueólogo, para ajudar na interpretação de seus dados. Isso também se faz em um estudo interdisciplinar.

O relativismo cultural é um tema muito caro à Antropologia. Do encontro etnográfico - entre pesquisador e interlocutor -, surge a dimensão relacional das culturas: admitir que cada cultura só tem significado para aqueles que nela se reconhecem, uma vez que os indivíduos são condicionados a agir conforme um modo de vida que lhes foi introjetado. São formados dentro de uma tradição que vem sendo passada de geração em geração. Por esta tradição constroem seu modo de representar o cosmos e seu sistema de valores que dão sentido a sua existência enquanto povo, enquanto coletividade. Neste sentido, o estudo do relativismo cultural, enquanto uma tendência científica conjugada com uma posição moral e política - para alguns, um princípio metodológico - parte do pressuposto básico de que todo fato cultural, toda produção humana só tem sentido quando analisada na cultura em que foi criada, partindo de esquemas de referência e normas sociais próprios de cada sociedade. Porém, o princípio ético, preconizando a neutralidade em relação às diferentes culturas, deve ser visto com cautela para não justificar ou relativizar atitudes extremas e racistas.

Mas em que o relativismo cultural pode contribuir para a arqueologia, uma vez que não trabalha diretamente com pessoas em seus sítios arqueológicos? Para responder a esta questão, torna-se importante ressaltar que o arqueólogo, trabalhando com restos de artefatos, não deixa de se investir de sentimentos, inclusive de preconceitos e disposições discriminatórias. Nesse sentido, compreender os pressupostos do relativismo cultural irá ajudá-lo não só no reconhecimento e valorização das relações de alteridades, mas, sobretudo, na relação com os objetos/fragmentos estudados. Estes objetos “falam” para o pesquisador de uma vida pretérita, alicerçada em complexas redes de práticas e significados, que ultrapassam meros objetos “coisificados” ou fetichizados.

Buscamos, aqui, pontuar algumas aproximações/contribuições entre a Antropologia e Arqueologia. Esta última vem ampliando seu campo de atuação e de refle-

xão, podendo-se perceber congruência ou aproximação das fronteiras epistemológicas e empíricas entre ambas as disciplinas. Nota-se tal constatação com o estudo da etnoarqueologia (“arqueologia antropológica” para alguns), que tem como objetivo o estudo das sociedades contemporâneas e sua interface com a cultura material, baseando-se em dados etnográficos como suportes para as interpretações arqueológicas sobre o passado. De qualquer modo, tanto a Antropologia como a Arqueologia, a partir de suas especificidades, contribuem para o conhecimento do ser humano, revelando a riqueza da diversidade e as transformações culturais ocorridas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência pedagógica do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da PUC Goiás possui um caráter *sui generis*, na medida em que se trata de uma instituição acadêmica com algumas características particulares no Brasil, inserida em uma universidade de médio porte, em um estado igualmente de médio porte. O IGPA assumiu riscos (criação do Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural e graduação em Antropologia) condizentes com a importância de sua pesquisa ao longo de sua história, tentando dar vazão ao seu arcabouço acadêmico por meio da oferta de alternativas de ensino. O sucesso de tal experiência foi relativo. Em alguns casos, não houve demanda suficiente para a continuidade das atividades referentes ao ensino de cunho antropológico, particularmente tendo em vista a existência, na própria cidade de Goiânia, de alternativas gratuitas aos nossos programas privados, no âmbito da Universidade Federal de Goiás. Entretanto, o curso de graduação em Arqueologia persiste, na medida em que não há competição local.

As experiências de ensino para os demais cursos que possuem uma disciplina de Antropologia mostram-se válidas ao longo dos anos, incluindo-se a Arqueologia, tendo em vista a proximidade epistemológica desta disciplina com a Antropologia e a realidade institucional do IGPA. A associação entre ambas revelou-se enriquecedora para o desenvolvimento de pesquisas tanto para os docentes em contato com os estudantes da cultura material, como para os próprios estudantes de Arqueologia que, tendo acesso a uma formação sólida no âmbito de Antropologia preparam-se, enquanto acadêmicos, para o diálogo com seus colegas antropólogos. Tal diálogo, foi o que conduziu o IGPA ao longo dos anos. Podemos dizer mesmo que tal experiência está criando raízes em nosso ambiente, a cultura acadêmica. Está assim, reproduzindo, no sentindo bourdieusiano, os valores da nossa pequena, porém ativa, comunidade intelectual no seio da qual estes estudantes têm se formado.

## THE TEACHING OF ANTHROPOLOGY AND ITS PROXIMITY TO THE SCIENTIFIC FIELD OF ARCHEOLOGY

*Abstract: based on a reflection about teaching Anthropology in Brazil and its field of actuation, we try to point out congruencies or proximities between Anthropology and Archaeology, as well as Anthropology's contribution to the undergraduate classes of Archaeology at PUC Goiás since 2006.*

317 Keywords: *Anthropology. Archaeology. Teaching. Ethnographic Method.*

## Referências

- DA MATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- DURHAM, Eunice. Ensino de antropologia. In: GROSSI, Míriam Pilar et al. (Orgs.). *Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Blumenau: Nova Letra, 2006.
- FRY, Peter. Formação ou educação: os dilemas dos antropólogos perante a grade curricular. In: GROSSI, Míriam Pilar et al. (Orgs.). *Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Blumenau: Nova Letra, 2006.
- GENNEP, Arnold von. *Ritos de passagens*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- GOMES, Mércio Pereira. *Antropologia: Ciência do homem, Filosofia da cultura*. São Paulo: Contexto, 2009.
- GRIFFIN, J. B. O estudo das culturas primitivas. In: SHAPIRO, Harry (org.). *Homem, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1972.
- LAPLANTINE, François. Introdução. In: *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- LARAIÁ, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- MAUÉS, R. Heraldo. O Ensino de Antropologia na Graduação da UFPA. In: GROSSI, Míriam Pilar et al. (orgs.). *Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Blumenau: Nova Letra, 2006.
- NEVES, Eduardo Góes. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. In: SILVA, A. L.; GRUPIONI, L. (Orgs.) *A temática indígena na escola*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.
- NUNES, M<sup>a</sup> E. B. Alvarenga e BARBOSA, M. de Oliveira. A construção do conceito de olhar: acervo de imagens do IGPA. In: MOURA, M. C. O. *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural*. Goiânia: Ed. da UCG; Vieira; Kelps, 2006.
- PEREIRO, Mariza. *Os antropólogos e suas linhagens*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 16, n. 6, 1991.
- RIBEIRO, G. Lins e LIMA, A. C. de Souza. O campo da Antropologia no Brasil. In: FILHO, W. Trajano e RIBEIRO, G. Lins (Orgs.). *O Campo da Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Associação Brasileira de Antropologia, 2004.
- ROCHA, Everaldo. *O que é etnocentrismo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SANTOS, Benedito R. Dos. Ensino de Ciências Sociais ou Antropologia? Uma breve reflexão comparada entre o Brasil e os Estados Unidos. In: GROSSI, Míriam Pilar et al. (Orgs.). *Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Blumenau: Nova Letra, 2006.
- WOORTMANN, Klaas. Breve contribuição pessoal à discussão sobre a formação de antropólogos. In: GROSSI, Míriam Pilar et al. (Orgs.). *Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Blumenau: Nova Letra, 2006.